

CONGRESSO MUNICIPAL PSB CAMPINAS

Tema 3: Tecnologias Digitais e Políticas de Comunicação: Desafios para a Democracia e a Inclusão Social

O avanço das tecnologias digitais transformou profundamente a comunicação, alterando a forma como informações são produzidas, distribuídas e consumidas. Se, por um lado, a internet e as redes sociais democratizaram o acesso à informação, por outro, fortaleceram monopólios digitais, ampliaram a disseminação de desinformação e desafiaram os modelos tradicionais de regulação da comunicação. Como argumenta Manuel Castells (2013), “o poder na sociedade em rede está ligado à capacidade de controlar o fluxo de informação e a construção de significados”. Diante desse cenário, é urgente discutir **políticas de comunicação que garantam o acesso equitativo, combatam a concentração midiática e promovam uma esfera pública mais democrática e transparente.**

No Brasil, historicamente marcado por oligopólios na mídia, as plataformas digitais se tornaram atores centrais no ecossistema da comunicação. O estudo de McChesney (2015) mostra que, mesmo em um ambiente digital, o controle da informação permanece concentrado nas mãos de poucas empresas, como Google, Meta e Amazon, o que compromete a diversidade de vozes e opiniões. O desafio, portanto, é estruturar políticas públicas que assegurem a **pluralidade na comunicação digital, a transparência algorítmica e a regulação democrática das plataformas.**

A desinformação, amplificada pelos algoritmos das redes sociais, tornou-se uma ameaça real para as democracias. A pesquisadora Claire Wardle (2018) argumenta que “a arquitetura das plataformas digitais favorece conteúdos que geram reações emocionais intensas, aumentando a viralização da desinformação”. Nesse contexto, políticas de comunicação devem incluir **regulação da moderação de conteúdo, fortalecimento da mídia pública e incentivo à alfabetização digital e midiática da população.**

Além disso, a exclusão digital continua sendo um obstáculo para a democratização da comunicação no Brasil. Segundo o Cetic.br (2022), cerca de 30% da população ainda não tem acesso regular à internet de qualidade, o que limita sua participação na esfera

pública digital. Portanto, é essencial que políticas de comunicação garantam **universalização do acesso à internet, desenvolvimento de infraestrutura digital inclusiva e estímulo à produção de conteúdos locais e comunitários.**

Diante desses desafios, a construção de uma política pública de comunicação adaptada à era digital requer um **debate amplo e democrático, envolvendo Estado, sociedade civil, pesquisadores e o setor privado.** Apenas com regulação transparente, educação crítica e investimento na infraestrutura digital poderemos garantir que as tecnologias sirvam à democracia, à diversidade e ao interesse público, e não apenas aos interesses econômicos de grandes corporações.

Referências Bibliográficas

- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MCCHESENEY, Robert W. *Rich media, poor democracy: communication politics in dubious times*. Nova York: New Press, 2015.
- WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Conselho da Europa, 2018.
- CETIC.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. *Pesquisa TIC Domicílios 2022*. Disponível em: <https://www.cetic.br>. Acesso em: fev. 2025.

Perguntas para Reflexão e Debate

1. **Como a concentração de poder das grandes plataformas digitais impacta a democracia?**

Resposta desejada: A concentração de poder limita a diversidade informativa, favorece a manipulação da opinião pública e dificulta a regulação transparente dos fluxos de informação.

2. **Quais são os desafios para a criação de uma regulação democrática das plataformas digitais?**

Resposta desejada: Garantir equilíbrio entre liberdade de expressão e combate à desinformação, promover transparência algorítmica e evitar censura arbitrária.

3. Por que a universalização do acesso à internet deve ser uma prioridade nas políticas de comunicação?

Resposta desejada: Porque o acesso à internet é um direito fundamental e essencial para a participação cidadã, o acesso à informação e a inclusão econômica e social.

4. Como a educação midiática pode contribuir para o combate à desinformação?

Resposta desejada: Ao desenvolver o pensamento crítico dos cidadãos, tornando-os capazes de identificar fake news, compreender a lógica dos algoritmos e consumir informação de forma responsável.

5. Qual o papel da mídia pública na construção de um ecossistema de comunicação mais democrático?

Resposta desejada: Fornecer informação de qualidade, livre de interesses comerciais, promover diversidade cultural e ampliar a voz de grupos historicamente marginalizados.

O debate sobre tecnologias digitais e políticas de comunicação é fundamental para **garantirmos um ambiente informacional mais justo, democrático e acessível para todos**. A comunicação é um direito e deve ser tratada como um bem público essencial para a cidadania e a soberania nacional.

Colaboração: José Batista de Carvalho Filho – Membro do PSB Campinas SP.